

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2010

(Do Sr. José Guimarães)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Finanças e Tributação(CFT), de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio(CDEIC) e de Seguridade Social e Família(CSSF), para debater a política nacional de inclusão produtiva.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública conjunta, em curto prazo, entre as Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio de Seguridade Social e Família (CSSF), para debater as iniciativas de políticas de inclusão produtiva.

Nesse contexto, sugerimos o convite dos seguintes expositores:

- Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. (DIEESE);
- José Carlos Martins – Vice Presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção (CBIC); e
- Ronaldo Coutinha Garcia – Secretário de Articulação para Integração Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);

JUSTIFICAÇÃO

Essa audiência pública se justifica em razão de que nos últimos anos a sociedade brasileira vem trilhando com segurança o caminho da superação de suas desigualdades socioeconômicas. A contribuição da crescente ampliação das políticas de transferência de renda neste combate à iniquidade é clara e inequívoca. Isso se dá no momento em que o país retoma seu crescimento com investimentos vultosos planejados e em execução em todo seu território.

O contingente de beneficiários destas políticas de transferência de renda deve compor a estratégia de desenvolvimento do país e para obter êxito nesta missão o Estado deve aparelhar-se adequadamente. A Política Nacional de Inclusão Produtiva pretende contribuir para a consecução deste objetivo estabelecendo instrumentos que preenchem lacunas na atuação governamental. Neste contexto se encontra a explicitação da priorização das ações da Política nas áreas urbanas.

Diferente das áreas rurais, que possuem mecanismos com o foco no atendimento das demandas diferenciadas de um público mais vulnerável (avanços ainda em andamento decorrentes de iniciativas como a criação e aperfeiçoamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) os centros urbanos e suas periferias carecem de políticas governamentais sistemáticas similares.

Fazem parte do arcabouço da Política Nacional de Inclusão Produtiva instrumentos como a assistência técnica e a extensão, o crédito acessível, as incubadoras públicas, a pesquisa entre outros. Além disso, cria o Cadastro de Empreendimentos Inclusivos e o Sistema Nacional de Inclusão Tecnológica e Extensão Urbana. Todos estes pensados para possibilitar a produção de bens e serviços por parte dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Essas iniciativas devem ser melhores conhecidas e debatidas pela sociedade brasileira. Nesse sentido, cumpre a Câmara de Deputados, nas suas comissões permanentes que têm responsabilidade sobre o tema em foco, criar um espaço de debate público, inclusive para que os representantes do povo brasileiro possam criticar e aprimorar as propostas de política elaboradas pelo Poder Executivo.

Deputado JOSÉ GUIMARÃES
PT/CE